

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 8 DA SOCIEDADE
PAPELARTE PAPELARIA LTDA
CNPJ nº 31.110.616/0001-49**

PATRICIA MAGALHAES COSTA, brasileira, data de nascimento 28/07/1976, solteira, empresária, identidade nº 745202292 SSP/BA, CPF nº 936.640.365-49, residente e domiciliado na Rua Manoel Clementino, nº 1585-B, Centro, Petrolina, Pernambuco, CEP 56.302-170,

ADELSON JOAO SANTOS MAGALHAES, brasileiro, data de nascimento 23/06/1958, divorciado, empresário, identidade nº 3353943 SSP/BA, CPF nº 919.808.368-68, residente e domiciliado na Rua Manoel Clementino, nº 1585-B, Centro, Petrolina, Pernambuco, CEP 56.302-170.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial **PAPELARTE PAPELARIA LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob NIRE nº 26202574581, com sede na Rua Manoel Clementino, 1585-B, Casa, Centro Petrolina, PE, CEP 56302170, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 31.110.616/0001-49, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade que vinha exercendo suas atividades no endereço sito à Rua Manoel Clementino, 1585-B, Casa, Centro Petrolina, PE, CEP 56302170, passa a fazê-lo no seguinte endereço sito à Rua Barão do Rio Branco, 923, Centro, Petrolina, PE, CEP 56.304-290.

CLÁUSULA SEGUNDA: As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial **PAPELARTE PAPELARIA LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sede na Rua Barão do Rio Branco, 923, Centro, Petrolina, PE, CEP 56.304-290.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/ 2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem por objeto social: 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria; 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; 32.99-0-99 - Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade teve início em 03/08/2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL E DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA: O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), divididos em 10.000 (Dez Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor R\$
Patrícia Magalhães Costa	5.000	50%	R\$ 5.000,00
Adelson João Santos Magalhães	5.000	50%	R\$ 5.000,00
Total	10.000	100%	R\$ 10.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade será de todos os sócios, em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Primeiro: Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.406/ 2002.

16/10/2020

Parágrafo Segundo: No exercício da administração, os administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

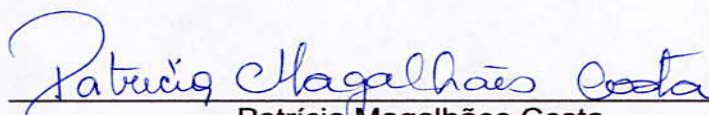
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

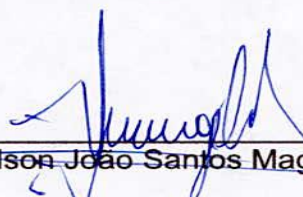
DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Petrolina/PE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, em 01 (uma) via assinada pelos sócios.

Petrolina/PE, 01/10/2020


Patrícia Magalhães Costa 1ª SNP


Adelson João Santos Magalhães 1ª SNP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE PERNAMBUCO

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA

Reconheço por Semelhança as firmas de: PATRICIA MAGALHAES COSTA
ADELSON JOAO SANTOS MAGALHAES

Petrolina, 07/10/2020 15:25:38, 07/10/2020 15:25:38.

Em testemunho da verdade. Atendente Luana Brito Souza Rodrigues Emol. 7,42.

TSNR R\$ 1,64 FERC R\$ 0,82, FERM R\$ 0,08 ,
FUNSEG R\$ 0,16 ISS 0,42 Total : R\$ 10,54.

Selos: 0159566 UGX10202001.01783 0159566 VEQ10202001.01784

16/10/2020